

DICAS

PÓLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

AA Nº 119

1998

ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

A formação de mini-bosques permite à prefeitura criar áreas de lazer a baixo custo, impedir a apropriação indevida de áreas públicas e educar a população para preservar o meio ambiente.

O crescimento urbano se dá principalmente através de loteamentos periféricos. Estes loteamentos geram áreas públicas, mas nem sempre há recursos para o seu uso imediato. Ao permanecerem sem utilização durante muito tempo, acabam sendo apropriadas por particulares, que tornam privado o uso de um bem público. A formação de mini-bosques pela prefeitura nestas áreas dificulta as apropriações indevidas, contempla regiões periféricas da cidade com áreas verdes e, ao envolver a população em sua manutenção, estimula o exercício da cidadania.

■ O QUE É

Mini-bosques são áreas arborizadas com espécies de crescimento rápido, preferencialmente nativas, para que sirvam de alimento à fauna local, fazendo com que esta cresça ou, pelo menos, não desapareça. Deve ser completamente cercada durante o período de “pega”, que pode variar de seis a doze meses, recebendo manutenção intensiva durante este período. Uma vez estabilizada esta arborização, a área pode ser aberta e, eventualmente, receber equipamentos simples e baratos, como brinquedos feitos com troncos e manilhas de concreto que sobram de outras obras do município. Des-

ta forma, a população local terá uma área de lazer a um custo extremamente reduzido.

Os mini-bosques subvertem os critérios em geral utilizados que adotam como norma que uma área cercada por vias pavimentadas e com todos os melhoramentos urbanos é a mais indicada para receber investimentos em lazer e arborização. Na verdade, uma área sem melhoramentos presta-se tão bem à arborização quanto qualquer outra.

Na década de setenta, a prefeitura do município de São Paulo usou exemplares de eucaliptos para arborizar diversas áreas livres que não dispunham de verba para construção de praça. Apesar do eucalipto não oferecer alimentos ou abrigo permanente para pássaros, por não ser uma espécie nativa, a sombra, o visual agradável e um grande fluxo de pássaros, que ali se abrigam temporariamente, propiciaram o uso destas áreas para o lazer, mesmo não dispondo de nenhum equipamento específico. Alguns anos mais tarde, a instalação de bancos e brinquedos rústicos completou a “obra” com custos mais baixos que os exigidos para a criação de praças e parques convencionais.

■ ENVOLVER A COMUNIDADE

O principal problema na arborização, no entanto, é o vandalismo que destrói um número excessivamente grande de árvores nos primeiros meses após o plantio, apesar dos tutores e proteções. A falta de articulação do poder público com a comunidade surge como o principal fator do vandalismo. A criação de áreas verdes que deveriam beneficiar a população aparecem como uma intervenção externa à comunidade e sem vínculo com ela. As iniciativas da prefeitura para que a população - principalmente aquelas periféricas e mais carentes - assumam o cuidado com as árvores plantadas faz com que a criação da nova área verde se torne um elemento interior à comunidade e apropriado por esta como valor a ser preservado e não dilapidado.

A participação da população na definição dos programas de arborização é o ponto básico e

fundamental do sucesso de uma iniciativa como esta. Para implementar este vínculo, é importante que a população participe na definição das áreas prioritárias para recebimento do benefício e, até certo ponto, na escolha do tipo de árvore que será plantada.

Em atividades de formação e disseminação de informação, os moradores do entorno devem ter claro que o bosque tem um tempo mínimo de maturação e exige cuidados especiais de preservação neste período, para que possa se tornar efetivamente um mini-bosque.

Uma das formas possíveis de se obter sucesso em programas como este é acoplando-o a iniciativas educacionais junto às escolas da região, de modo a criar os vínculos necessários, entre a comunidade e os bosques, através dos filhos dos moradores. O currículo escolar, em todos os níveis, desde o pré-primário até o segundo grau, pode ser enriquecido com a inclusão de aulas práticas de introdução à ecologia para pré-primário, até a biologia e botânica para o segundo grau, usando a área de bosque como laboratório. Isto pode ser feito tanto durante o período de maturação do bosque como também depois desta fase, quando a fauna se torna mais rica e abundante.

Além deste expediente, pode ser incentivada a “adoção” de árvores pelos escolares, que ficam responsáveis por cuidar de exemplares específicos entre aqueles plantados, devendo aprender as necessidades daquela planta em particular, tais como sombreamento ou insolação, quantidade e periodicidade das regas e composição ideal do solo. Pode-se montar eventos em que os alunos apresentam suas árvores para a comunidade, e as vantagens oferecidas pela presença de um mini-bosque no bairro.

Para isto, é importante que os educadores sejam treinados por pessoal técnico especializado em paisagismo como arquitetos, engenheiros florestais, agrônomos, etc., que darão a formação básica nesta área. Como o programa envolve também relações comunitárias, as equipes deverão ser compostas por profissionais tanto da área técnica como outros da área de ciências humanas aptos a tecer as relações necessárias entre as questões técnicas e as humanas ou sociais. É fundamental a educação

em forma de informação para que fique claro à esta população que o bosque tem um tempo mínimo de maturação devendo ser preservado de qualquer uso durante este tempo, e a relação entre os “cuidadores” das árvores e a comunidade.

Esta equipe pode ser parte da secretaria de meio ambiente, ou equivalente, e conduzir o programa estabelecendo convênios com a secretaria da educação e secretaria do bem-estar social e outras, permitindo que estas secretarias incorporem o espírito de articulação da comunidade com o espaço urbano que ocupam, apropriando-se dele em termos solidários e públicos e não buscando seu uso privado.

O plantio de árvores em áreas públicas que não terão utilização imediata serve também para preservar a posse pública: há um costume generalizado no país, de reconhecimento de posse de uma área não reclamada, por quem nela faz benfeitorias. Este expediente é geralmente utilizado pelas populações não proprietárias para apossamento de áreas através do plantio de milho, mandioca e outras culturas de rápido crescimento e produção. Nada impede que seja usado também pelo poder público municipal para manutenção da posse de áreas que, de outra forma, seriam possível-

mente invadidas, não necessariamente por quem não tem onde morar.

RIOS E CÓRREGOS

Assim como as áreas livres, as áreas públicas que ladeiam rios e córregos merecem os cuidados simples da arborização. O principal benefício da recomposição das matas ciliares das zonas urbanas e daquelas que as circundam é minimizar o assoreamento de córregos e rios, evitando os alagamentos na época das chuvas fortes de verão. E um dos motivos mais importantes do assoreamento destes córregos é a falta das matas ciliares que têm a função de filtrar as águas pluviais que fluem para estes rios.

Além destas vantagens, a ocupação das margens de rios e córregos faz com que o poder municipal tome posse de fato destas áreas, que a rigor, são fundos de vale naturalmente alagáveis em períodos de chuvas intensas de verão. Com isto, evita-se a ocupação com fins de moradia destas áreas de risco, o que acabaria por se tornar um problema social para o município a cada época chuvosa.

VIAS PÚBLICAS

Um outro aspecto importante a ser levado em conta é a arborização de vias públicas. Para evitar acidentes com pedestres e automóveis, é preciso tomar alguns cuidados. Há certas espécies de árvores de porte médio, como a espatódia, que têm uma flor muito tóxica, chegando a matar pássaros pequenos como colibris; outras espécies, como a paineira, têm uma flor bulbosa que à época da floração deixam as calçadas e ruas recobertas com um “creme” escorregadio que pode provocar acidentes, além de tornarem as ruas sujas e dificultarem a varrição e limpeza; outras espécies que não devem ser usadas para arborização de vias públicas são as de lenho mole e quebradiço facilitando acidentes em regiões de muito vento ou durante tempestades.

Por outro lado, a localização das árvores deve ter alguns cuidados. Além de evitar plantar árvores de porte médio ou grande sob a rede elétrica, a distância entre elas deve ser estudada de forma que não gere “pontos cegos” em curvas e esquinas, o que aumentaria os riscos de acidentes de trânsito. Também nas calçadas, a locomoção de pedestres e, especialmente, de pessoas portadoras de deficiência não deve ser prejudicada pela localização das árvores (veja DICAS nº26).

RESULTADOS

Ao envolver a comunidade em projetos ainda que simples como a arborização de áreas públicas, mas que trarão melhoria para a qualidade de vida, a prefeitura terá maior receptividade por parte da população para quaisquer outros programas e ações que demandem esta colaboração.

Sem as áreas verdes, as ruas de terra formam poeira excessiva e são muito quentes no verão, e formam barro em tempo chuvoso, além de compor um visual deprimente. O processo de formação dos mini-bosques, quando realmente apropriado pela população, dá a noção precisa do valor do ambiente para a vida urbana, resgatando valores que foram deixados de lado com o processo de migra-

ção do meio rural para a periferia das cidades. A educação voltada para a ecologia e o ambiente desde os primeiros anos escolares criará a consciência da necessidade de se preservar áreas internas às residências, sem impermeabilização do solo, permitindo uma infiltração maior das águas

pluviais, diminuindo o volume das enxurradas que danificam vias e casas. Também permitirá a apropriação de conhecimentos técnicos por parte da população, tornando-a apta a colaborar com a municipalidade nas ações coletivas de ampliação das medidas de prevenção de enchentes, tais

como forração vegetal do solo, manutenção da limpeza de córregos e rios, etc.

A incorporação dos moradores através dos filhos, em um programa de preservação da qualidade de vida, estabelece as condições iniciais para a abordagem de outras questões sociais num clima de cidadania e solidariedade, uma vez que os benefícios gerados pelos bosques urbanos são bens públicos e de benefícios gerais: prevenção de voçorocas, equilíbrio térmico local, proteção contra ventos fortes e outros.

E, por fim, a experiência vivida pelos alunos ao ajudarem a construir um micro-clima possibilitará a eles estabelecer uma prática diferente das usualmente encontradas na relação com o ambiente.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE
Pata de Vaca	Bahuínia Variiegata	pequeno
Quaresmeira Rosa/Roxa	Tibouchina Granulosa	pequeno
Pitangueira	Eugenia Pitanga	pequeno
Ipê Roxo/Amarelo	Tabebuia spp*	médio
Pau-Ferro	Cæsalpinia ferrea	médio
Sibipiruna	Cæsalpinia peltophoroides	médio
Guaratá	Esembeckia leiocarpa	médio
Jatobá	Himenæa courbaril	grande
Guapuruvu	Schisolobium parahibum	grande

* "spp" quer dizer espécie, para indicar que há mais de uma espécie que pode ser usada.

Autor: Guilherme Henrique de Paula e Silva.
 Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
 CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050 -
 e-mail: polis@ax.apc.org